

ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO

Sessão de 11-8-87

O SR. VLADIMIR PALMEIRA (PT — RJ) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, dividiram a economia. Já na primeira fase, a política tributária passeava ao lado do regime financeiro, lá para os lados do orçamento. A reforma agrária e a reforma urbana criaram asas próprias, embora devessem estar aninhadas na propriedade. Preservaram o meio ambiente de nossas discussões, escondendo-o na ordem social e de lá remetendo-o para o limbo, onde repousa.

Sem poder tratar de tudo, mas sem poder deixar de colocar alguma coisa, vamos deixar claro que a correlação de forças sociais nos obriga a tratar das questões da economia capitalista. A ruptura que exigiu esta Constituinte não foi, infelizmente, daquelas que já viram a ordem econômica de cabeça para baixo e nos deixam com a tarefa de ordenar as mudanças. Não, trata-se de uma transição marcadamente política, renitente a avançar, dirigida por uns poucos, que se precaveram da participação popular direta, negando até coisas mínimas, como a eleição direta para Presidente da República. Transição sob o olhar vigilante do alto comando das Forças Armadas, que lhe tem estabelecido limites e, atrevidamente, até vindo a público discutir temas que não lhe seriam reservados em um País que se quer sob o poder civil.

Essa transição demonstra seus limites por aqui também, quando a direita mais arroxçada atenta contra o bom senso, já não falo contra direitos elementares, e deseja preservar quase tudo do reino de outrora. Esquecêsemos da correlação social efetiva na sociedade, a insensatez conservadora logo dela nos lembraria.

No entanto, lutamos aqui por alguns avanços, algumas conquistas, que já foram efetivados em outros países onde reina a ordem capitalista. Sei que até nisto enfrentamos dificuldades. Contamos com o peso da pressão popular e com a disposição pública de um amplo setor de constituintes em negociar. Negociemos. Nunca fomos daqueles que imaginam chegar à vitória do socialismo de recuo em recuo, embora tenhamos claro que o mundo muda aos solavancos.

Uma ordem econômica moderna baseia-se no trabalho. E tem como função central reduzir as desigualdades básicas e preservar o meio ambiente.

Isto implica imediatamente ordenar de alguma forma o crescimento econômico. Fazendo isto, limitamos imediatamente o direito de propriedade. A propriedade privada não pode estar acima do interesse coletivo. Por isso mesmo já se adota neste País a desapropriação de uma propriedade, seja por utilidade pública, seja por interesse social. E já se impôs o pagamento, no segundo caso, através de títulos da dívida, resgatáveis em vinte anos.

Os títulos da dívida proporcionam desapropriações essenciais para encaminhar a reforma agrária. Permitem ao Estado escalonar suas despesas e poder assentar mais camponeses em menor tempo. Não tem, portanto, cabimento a proposta da direita de dar liquidez quase integral a este papel. Ou transformaremos a reforma agrária não em um poderoso mecanismo de redistribuição de terra e de redistribuição de renda, mas em uma nova oportunidade de investimento para o capital especulativo.

A desapropriação, com cinco anos de carência, tem de ser levada aos centros urbanos ou assistiremos ao que houve entre a comissão e a sistematização: a reforma urbana enfunará velas e desaparecerá, conduzida para terras longínquas sob o comando de Cabral.

Do interesse coletivo decorre também a intervenção do Estado na vida econômica. O Estado hoje é um agente econômico. Continuará a sê-lo. Intervirá seja como produtor direto ou prestador de serviços, seja como regulador. Não se trata aqui, na Constituição, de considerar a conjuntura mundial de mais estatização ou de desestatização, como a direita tem colocado, sobretudo pela voz autorizada do Prof. Roberto Campos. Não há a menor dúvida de que hoje, em boa parte do mundo, se desestatiza. Não há a menor dúvida de que devemos desestatizar também nosso País, sem esquecermos que boa parte das estatais inúteis foram criadas sob o regime militar onde pontificavam alguns de nossos novos liberais, vanguarda da desestatização a qualquer custo. (Palmas.)

As citações que se fazem sobre os países socialistas são inclusive das mais estranhas. Durante muito tempo quaisquer citações da União Soviética, da Hungria e até de Cuba eram tidas aqui como pronunciamentos a serviço de idéias exóticas. Hoje é a direita que recolhe as idéias da *glasnost*; é a direita que cita passos na União Soviética. E parece que a própria direita se apossou daquele velho exotismo, tido como doença infantil do esquerdismo. Seguimos nossas críticas aos problemas da estatização, sem pensar que, em matéria de relações com o capital estrangeiro, a União Soviética, a Hungria ou Cuba sejam exatamente modelos que devemos seguir. No entanto, é importante, no País, colocar-se que a questão da discussão ideológica da organização socialista, da organização capitalista não traz qualquer tipo de denúncia de exotismo da ideologia de quem quer que seja, mesmo porque a própria democracia não foi criada aqui, em Mato Grosso, em Alagoas, no Rio de Janeiro ou em São Paulo, mas faz parte de uma obra internacional da luta de classes, iniciada pela burguesia contra o feudalismo, e que prossegue sob a liderança

autorizada de um proletariado moderno, rebelde, novo e que continua trazendo tudo aquilo que fala no futuro, tudo aquilo que traz um grão de utopia, tudo aquilo que pode representar, realmente, uma mudança efetiva para os miseráveis deste mundo. (Muito bem! Palmas.)

Aqui, trata-se de uma questão mais estrutural. Nossa função é definir o Estado como agente econômico, definindo suas funções gerais e garantindo-lhe um mínimo de intervenção, associada à soberania nacional ou ao funcionamento central da economia. É assim que aparece como necessária a estatização dos setores financeiros, das telecomunicações, da exploração dos minerais estratégicos.

Os defensores da livre iniciativa horrorizam-se com a estatização do setor financeiro. Cobrem e lagartaxam. Mas que querem eles? Um capitalismo de especuladores? O setor financeiro tem sido um setor imune a qualquer crise: garante lucros altíssimos na alta e na baixa, na crise e na prosperidade. Eficiência econômica? Coisa nenhuma: favorecimento oficial e prática oligopólica. Racionalidade? Coisa nenhuma. Tem jogado um papel profundamente desestabilizador, com uma visão marcadamente a curto prazo. Em sua intermediação ganha lucros fantásticos. Mas tem intermediado para onde o País precisa? Não. O setor produtivo não encontra nos bancos um suporte decente. Os investimentos a longo prazo não são tratados como tal. O agente econômico de pequena talha é inteiramente marginalizado. O presidente ordenou juros baixos para os microempresários. Perguntem-lhes se os bancos cumprem as determinações. O capital bancário centraliza capital, tirando do pequeno, esmagando os que seriam em tese os agentes da famosa livre iniciativa.

Todo esse ganho, todo esse lucro é calcado em uma exploração enorme dos trabalhadores bancários, dos mais maltratados deste País. Os lucros dos bancos são uma afronta aos trabalhadores e a expressão não de uma atividade econômica eficiente, mas de um País economicamente deformado.

Onde estão os senhores da livre iniciativa?

Na verdade, carregam a contradição perene em sua cruz intelectual. Denunciam o Estado produtor e o Estado cobrador de impostos, mas a ele recorrem sempre para defender empresas em dificuldades mesmo quando criadas pela própria concorrência. Querem favores, subsídios, apoio, ajuda.

Quero referir-me especificamente ao caso bancário, porque o PT também, quando defendia aqui a estatização do setor financeiro, era alvo dos maiores ataques daqueles que defendem a livre iniciativa. Onde estão os defensores da livre iniciativa, que permitem uma estrutura feudal de organização do sistema financeiro e não permitem que a livre iniciativa prospere no próprio setor financeiro? (Palmas.)

O Sr. Celso Dourado — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. VLADIMIR PALMEIRA — Pois não.

O Sr. Celso Dourado — Nobre Constituinte Vladimir Palmeira, ouvimos há pouco o discurso do Constituinte Roberto Campos, que variou desde o clássico latino até o deboche gaúcho, mas em qualquer um dos momentos ele revelou apenas sua posição conservadora, reacionária, que tem levado o País a uma estrutura desumana e perversa. A análise de V. Ex^a mostra claramente a situação que, sobretudo nessas duas últimas décadas, empurrou o País para uma situação desumana e difícil. Mas é interessante que esse sistema, que privilegiou o capital e empurrou grande massa de trabalhadores brasileiros para a miséria, tem levado também pessoas, líderes desse sistema, a uma situação de desencanto e de perda da sua liberdade. Quando analiso essa situação, lembro-me de uma lenda do filósofo existencialista Sórem Kierkegaard. Ele fala de patos selvagens que, quando sobrevoavam um terreiro, olhavam para o chão e viam patos domésticos muito gordos, tendo muito alimento e água em abundância. Os patos selvagens desceram e quiseram viver com os patos domésticos. Viveram algum tempo e tiveram bastante alimentos, muita mordomia e também tornaram-se gordos e pesados. Um dia, sentiram a nostalgia do infinito e quiseram voar. Mas, que desgraça! Tinham perdido a liberdade, a noção de vôo para o infinito. Tinham-se tornado patos domésticos, pesados, descrentes da própria vida.

O SR. VLADIMIR PALMEIRA — Agradeço a V. Ex^a o aparte.

Os senhores da livre iniciativa calam-se porque carregam esta cruz intelectual, fruto do fato observado já há bastante tempo pelo velho Marx: a livre concorrência cria o monopólio. Isto derruba o horizonte dos novos liberais.

Não ficam aí somente suas angústias. Trazem esta cruz para a própria questão da intervenção estatal. Pois, se odeiam o Estado produtor ex-cobrador, recorrem a ele para favores fiscais e creditícios. Querem ajuda, querem apoio.

Não partilhamos da angústia liberal. A intervenção do Estado aparece como um processo natural. Tornou-se algo comum. As leis econômicas podem mais que algumas virtuosas cabeças. E o problema que se coloca para nós é, de um lado, saber em que setores deve o Estado intervir, por necessidades oriundas do próprio regime econômico, e como controlar o enorme poder que o Estado vai acumulando. Consideramos que as empresas estatais devem ser controladas, vigiadas; queremos a intervenção dentro da intervenção. Precisamos democratizar as empresas estatais. Propugnamos, em primeiro lugar, que sua criação e extinção sejam objeto de deliberação parlamentar, evitando a multiplicação de estatais inúteis e até grotescas, como algumas criadas no regime militar. Depois, devem ser estas empresas fiscalizadas pelo Congresso. Em terceiro lugar, os trabalhadores dessas empresas devem participar de sua direção. No caso dos serviços públicos, em particular saúde e educação, defendemos até a eleição direta de todos os ocupantes de diferentes instâncias dirigentes.

Todo esse mecanismo de controle corresponde à questão de que as empresas estatais não são empresas iguais às empresas privadas. O atestado de

saúde de uma empresa privada é o lucro. Não é a mesma coisa para a empresa estatal, que pode até ter prejuízos, desde que cumpra uma função determinada. A administração racional dessas empresas passa pela otimização econômica, mas às vezes trata-se de limitar as perdas, e não de determinar os ganhos.

Tanto são diferentes que mesmo os novos liberais, ao redigirem o relatório da ordem econômica, exigiram concurso público para o ingresso neles. Por que não se exigiria, em nome da isonomia, a mesma coisa para as empresas privadas?

E já que nelas falamos, adentremos na questão do conceito de empresa nacional.

Antes, concedo o aparte ao nobre Constituinte Virgílio Guimarães.

O Sr. Virgílio Guimarães — Nobre Constituinte Vladimir Palmeira, depois de ouvir discurso tão bem feito e, acima de tudo, muito bem traduzido pelo Constituinte Roberto Campos, nada melhor do que as posições defendidas por V. Ex^a, trazendo aqui as diferenças de classes sociais que existem no País, colocando os pingos nos ii, mostrando que o problema das estatais é, acima de tudo, o de um sistema privativista, capitalista, que levou empresas estatais a essas condições, e que a solução dada pelos entreguistas não é nada mais, nada menos do que aquela contrária aos interesses dos trabalhadores. Os próprios trabalhadores saberão fazer com que seu discurso ganhe as praças do País, através da sua mobilização, que começa com a greve geral que se avizinha. Parabéns a V. Ex^a pelo discurso e desculpe-me por haver tomado o tempo destinado a tão belas e fundamentais palavras que V. Ex^a nos dirige. Muito obrigado.

O SR. VLADIMIR PALMEIRA — Prossigo, Sr. Presidente:

Coisa aparentemente tão clara, tão óbvia, mas tão polêmica. Na verdade, a raiz da polêmica não está na definição, que seria encontrada sem problemas. Está antes: para que definir o conceito de empresa nacional? Evidentemente para proteger a economia nacional. Até nossos novos liberais reconhecem que uma economia que chega mais atrasada ao mercado mundial tem de ser protegida. Afinal, todos os países foram um dia ou ainda são protecionistas. Precisa-se proteger as indústrias nascentes, especialmente naqueles setores de alta tecnologia: precisamos de proteção tarifária, aduaneira, precisamos de reservas de mercado.

Não há muitas dúvidas quanto a isso. Mas é que a chegada das multinacionais alterou o quadro de proteção que vigorou até o início do século. Antes, bastava a proteção externa. Agora, as filiais das empresas estrangeiras estão aqui dentro e são protegidas pelas medidas de ordem aduaneira. Por isto mesmo, com o passar do tempo, os governos foram dando preferências diversas às empresas nacionais: preferência nas compras do Estado, subsídios diversos, reserva de mercado. Por isso mesmo, a definição de empresa nacional passou a ser uma necessidade.

A direita dá definições que permitem às filiais das multinacionais receberem privilégios. Nós queremos que isto não aconteça. Queremos robustecer o que é de fato nacional. Empresa instalada no País não é necessariamente nacional.

A maioria de capital nacional é uma necessidade. Mas é pouco. A experiência comprova que, mesmo com capital minoritário, as empresas estrangeiras podem controlar uma empresa nacional. Colocamos a necessidade do controle. E colocamos também, no caso das empresas que atuam em setores de tecnologia de ponta, a necessidade do controle tecnológico.

No momento em que o Governo federal dá declarações favoráveis à abertura indiscriminada de nossa economia, o conceito de empresa nacional tem de ser bem definido. Falam em captar poupança externa, garantindo incentivos fiscais e créditos às empresas estrangeiras!

E já que o diabo foi citado, queríamos que não estivesse presente na exploração mineral. Todos sabemos que os minérios são um tipo de riqueza que não se renova. Todos sabemos que as empresas multinacionais têm estratégias em escala mundial. Não podemos permitir que riquezas desse tipo permaneçam inexploradas ou sejam malbaratadas por motivos que não nos dizem respeito. É vital que somente empresas nacionais tenham acesso à exploração das riquezas de nosso subsolo.

É isso aí, Excelência. É isso aí, Excelentíssimos. Para não acabar à margem da questão do dia-a-dia, queríamos declarar nossa posição sobre a exploração do subsolo das áreas indígenas. Defendemos que essa exploração só possa ser feita por empresa estatal, com autorização expressa do Congresso Nacional e das nações indígenas concernidas.

Muito nos espanta que os defensores dos direitos dos índios sejam considerados agentes das multinacionais, enquanto aqueles que sempre pregaram a entrega do País a essas empresas se coloquem no papel de defensores da nacionalidade. Os chineses diriam que isso é usar a bandeira vermelha para combater a bandeira vermelha.

Procedimento, portanto, milenar. Campanha gasta. Argumentos envelhecidos. Tudo tão velho como o novo liberalismo, que se lambuzou de moderno para esconder a decrepitude essencial.

Muito obrigado. (Palmas.)